

Grupos de Informação e Documentação Jurídica - Brasil



Informação jurídica, sociedade e cidadania

RELATÓRIO

Relatora Ana Paula de Rezende

Recife

2024

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
1.1 EVENTO	3
1.2 OBJETIVOS DO SNDIJ 2024	4
1.3 PROGRAMAÇÃO.....	5
1.4 PÚBLICO.....	5
1.5 ORGANIZAÇÃO	6
1.5.1 Comissão Organizadora	6
1.5.2 Patrocínio.....	6
2. SEMINÁRIO	7
2.1 MESA DE ABERTURA.....	7
2.1.1 Composição da mesa	8
2.1.2 Discurso de abertura	9
2.2. PAINEL 1 - IMPACTOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A ÁREA JURÍDICA NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ...	12
2.3 PAINEL 2 - PROMOVEDO A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO NO AMBIENTE JURÍDICO EM CONSONÂNCIA COM A AGENDA 2030	17
2.4 PAINEL 3 - REALIDADE E PERSPECTIVAS NO MUNDO DO TRABALHO PARA ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO: ARTICULAÇÃO POLÍTICA E TRABALHO COLABORATIVO EM REDE	22
2.5 MESA COLABORATIVA – BOAS PRÁTICAS E PESQUISAS EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA	28
3 HOMENAGEM	33
4 ENCERRAMENTO	40
4.1 RECOMENDAÇÕES.....	42
4.2 AVALIAÇÕES.....	43
4.4.2 Avaliação do Seminário pela equipe da Comissão de organização	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47

1 INTRODUÇÃO

O Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica (SNDIJ) constitui um marco fundamental na consolidação e desenvolvimento da Biblioteconomia Jurídica no Brasil. A área jurídica, marcada pela constante e volumosa produção de legislação, jurisprudência e doutrina, demanda um tratamento especializado da informação. O SNDIJ, ao reunir pesquisadores, profissionais e estudantes, proporciona um espaço privilegiado para a discussão de temas relevantes, a troca de experiências e a apresentação de novas pesquisas, contribuindo significativamente para o aprimoramento dos serviços de informação jurídica no país.

O SNDIJ desempenha um papel crucial na construção de uma comunidade de profissionais e pesquisadores dedicados à organização, gestão e disseminação da informação jurídica. Ao promover a interação entre diferentes atores, o evento estimula a produção de conhecimento e a inovação, contribuindo para a modernização das bibliotecas jurídicas e para o fortalecimento da pesquisa jurídica no Brasil. As discussões e as pesquisas apresentadas no SNDIJ contribuem para o aprimoramento das práticas profissionais, a otimização dos serviços de informação e a melhor utilização dos recursos informacionais disponíveis.

O Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica acontece desde 2007, sendo suas três primeiras edições realizadas de forma independente em Brasília (1ª ed., 2007, 2ª ed., 2008 e 3ª ed., 2012). A partir da 4ª edição, que aconteceu em 2013 em Florianópolis, o evento tornou-se evento integrado ao Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB), principalmente devido ao apoio estrutural deste. Assim, a 5ª edição ocorreu em 2017 em Fortaleza, a 6ª edição em Vitória, em 2019. Já em 2022, a 7ª edição, em caráter excepcional, ocorreu on line acompanhando o CBBB.

Nesta 8ª edição, paralelo à 30ª edição do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD), teve lugar no Centro de Convenções de Pernambuco, em Recife. A escolha da cidade, sede do primeiro Congresso, foi simbólica e especial, uma vez que este ano marca os 70 anos de existência do Congresso.

O presente documento tem como objetivo apresentar um resumo das atividades realizadas durante o VIII Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica (8º SNDIJ). A análise dos dados coletados pela Comissão Organizadora, apresentada neste relatório, visa fornecer subsídios para a avaliação do evento e para a identificação de oportunidades de desenvolvimento da Biblioteconomia Jurídica no Brasil. Os resultados desta análise servirão como base para o planejamento estratégico de ações futuras que contribuam para o avanço da área no cenário nacional.

1.1 Evento

O VIII Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica (SNDIJ) foi realizado nos dias 26 e 27 de novembro de 2024, no período da tarde, em Recife, Pernambuco. O evento ocorreu no Centro de Convenções – Auditório 3, sala Arcoverde no primeiro dia, e no Auditório 1 no segundo dia, paralelamente ao XXX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (XXX CBBBD), que comemorou 70 anos.



Fonte: Comissão SNDIJ 2024, Sala Arcoverde.

Foram programados três painéis cujas temáticas foram discutidas e eleitas pela comissão, que contaram com a participação de palestrantes e mediadores e uma mesa colaborativa para a apresentação dos trabalhos submetidos ao CBBB, relacionados à área jurídica. A programação seguiu os objetivos a seguir, definidos pelo comitê de organização.

1.2 Objetivos do SNDIJ 2024

Promover o debate e o compartilhamento de conhecimentos sobre as tendências da área de documentação e informação jurídicas e os desafios aos profissionais da área no mundo do trabalho;

Discutir sobre o papel da Inteligência Artificial (IA) na gestão da informação jurídica e sua influência na prática de serviços informacionais em Bibliotecas, Arquivos, Museus e Centros de Documentação Jurídicas;

Debater sobre a importância da diversidade e inclusão em consonância com a Agenda 2030 da ONU.

1.3 Programação

Painel 1 - “Impactos, desafios e oportunidades para a área jurídica na Era da Inteligência Artificial”

Painel 2 – “Promovendo a Diversidade e a Inclusão no Ambiente Jurídico em Consonância com a Agenda 2030”

Painel 3 – “Realidade e Perspectivas no Mundo do Trabalho para Atuação do Bibliotecário Jurídico: articulação política e trabalho colaborativo em rede”.

Mesa colaborativa - Boas práticas e pesquisas em Unidades de Informação Jurídica

1.4 Público

Para os dois dias, houve um público volante, que assinaram a lista de presença (física e virtual) voluntária somando o total de 192 profissionais. Profissionais atuantes em áreas diversificadas como nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, atuantes nas esferas federal, estadual e municipal, bem assim profissionais de organizações da iniciativa privada, além da presença de professores.

Observa-se que as cidades com maior número de participantes foram Distrito Federal, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. As demais cidades como João Pessoa, Natal, Teresina, Florianópolis entre outras tiveram um participante cada.

Como nos anos anteriores, houve maior participação dos profissionais da área pública em comparação com a privada.

1.5 Organização

Informações, inscrições e submissões foram enviadas e apresentadas no site: <https://cbbd2024.febab.org/>. Além dos perfis da rede social Instagram, do próprio Congresso, da Febab e da comissão organizadora do seminário com o perfil denominado [@sndij2024](#), administrado pela componente da comissão, Eliane Maria da Silva Jovanovich (Biblioteca Central /Universidade Estadual de Londrina/PR).

1.5.1 Comissão Organizadora

A comissão foi formada por 12 representantes dos grupos brasileiros e estados, sendo coordenado pela Regina Celi de Sousa (coordenadora geral | GIDJ/SP) e pelos membros e suas respectivas instituições/federações:

Analúcia Bottini (GIDJ/SP)

Ana Paula de Rezende (GIDJ/MG)

Bárbara Vianna (GIDJ/RS)

Eliane Maria da Silva Jovanovich (BC/UEL/PR)

Isis Alvarenga de Almeida (TRF-5)

José Gustavo Corrêa (GIDJ/RJ)

José Ronaldo Vieira (STJ)

Leoneide Martins (TJ/MA | UFMA)

Luciana Kramer (GIDJ/RS)

Maria Lúcia Rolim (GIDJ/SP)

Sara Torres (TRF-6 |GIDJ/MG)

1.5.2 Patrocínio

O evento contou com o apoio e patrocínio de diversas empresas do ramo da informação jurídica, setor alimentício e CRBs, que possibilitou custear o pagamento da ida dos palestrantes e diárias, um coquetel de boas-vindas para o seminário, materiais como banner e placas, confecção de um vídeo e ajuda de custo aos membros da comissão que não tiveram apoio financeiro de suas instituições.

A contabilidade dos valores e transações financeiras foram feitas pelo GIDJ-RJ. O saldo foi positivo para as despesas e ainda houve um restante de valores que em reunião da comissão, após o evento para avaliação, decidiu-se distribuí-lo aos Grupos participantes por meio do depósito para as organizações jurídicas.



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia



2. SEMINÁRIO

2.1 Mesa de Abertura

É com grande entusiasmo que recebemos todos os profissionais e acadêmicos da área de documentação e informação jurídicas que estão aqui participando do 8º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas (SNDIJ).

Com o tema “Informação jurídica, sociedade e cidadania”, o SNDIJ é um evento de relevância ímpar para a comunidade da biblioteconomia jurídica. É

um canal de comunicação para compartilhar experiências, conhecimentos e práticas inovadoras que estão transformando a gestão da informação jurídica no Brasil.

Aqui, teremos espaço para debates e aprendizados; poderemos nos integrar com profissionais de diversas regiões, ampliando, assim, redes de contato e fomentando colaborações futuras. Este seminário se constitui em um momento ideal para apresentarmos pesquisas, estudos de caso, projetos de intervenção e boas práticas das nossas Unidades de Informação.

Sejam muito bem-vindos e bem-vindas!

Comissão Organizadora do 8º SNIDJ

Cerimonialista: José Gustavo (GIDJ-RJ)

Intérprete de libras (cedido pela organização do CBBB)

2.1.1 Composição da mesa

- Jorge Moisés Kroll do Prado, Presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (Febab)

- Maria das Graças Vidal, Presidente do CRB-4
(Proferiram palavras de boas-vindas)

- Regina Celi de Sousa, coordenadora do 8º Seminário nacional de Informação e Documentação Jurídica (SNIDJ), que proferiu o discurso de abertura a seguir.



Fonte: Mesa de abertura SNDIJ. Comissão organizadora.

2.1.2 Discurso de abertura

Senhoras e Senhores,

É com grande honra e satisfação que damos início ao 8º Seminário Nacional de Informação e Documentação Jurídicas. Este evento representa uma oportunidade de profissionais, acadêmicos e entusiastas do direito se reunirem e refletirem sobre os desafios e as inovações no campo da informação e documentação jurídicas.

Vivemos em uma era de transformação digital, onde a informação e o conhecimento tornam-se recursos valiosos e essenciais para a prática jurídica. A gestão eficiente destes ativos facilita o acesso, e promove a transparência e a eficiência.

Durante este seminário, teremos a chance de explorar novas as novas tecnologias, processos, modelos de aplicação, desafios e oportunidades que

moldam no presente, as perspectivas de futuro da documentação jurídica, bem como a diversidade e inclusão em consonância com a Agenda 2030.

Neste momento, parabenizamos e agradecemos à FEBAB e Associações vinculadas, pela organização e condução deste 30º CBBB, que retorna à cidade de Recife, que o recebeu na sua primeira edição em 1954. Aspecto envolto em muito simbolismo para a Biblioteconomia Brasileira.

Também agradecer a FEBAB, na pessoa do seu presidente Jorge Prado, por possibilitar integrar o SNDIJ ao CBBB, bem como, estender os agradecimentos a todos os palestrantes, mediadores e participantes que se juntaram a nós neste espírito de compartilhamento de conhecimentos e experiências.

A colaboração e o intercâmbio de ideias são fundamentais para o avanço do nosso campo de atuação. Enquanto coordenadora, estou confiante de que as reflexões e discussões que teremos aqui serão enriquecedoras e inspiradoras.

Agradeço, ainda os patrocinadores (vLEX, Jusbrasil, Thompson Reuters, Doinet, São Bras, CRB-1 e CRB-6), aos organizadores deste evento, cuja confiança, empenho e dedicação tornaram este seminário possível. Certamente, sem o apoio de vocês, não estaríamos hoje em jubilo e felicitações.

Enfim, que tenhamos um seminário produtivo e estimulante, capaz de nos revigorar com novas e boas expectativas e perspectivas para a gestão da informação e documentação jurídicas.

Muito obrigada e bom seminário a todos!

Regina Céli de Sousa

Coordenadora do 8º SNDIJ

Exibição de um vídeo de aproximadamente 5 minutos, produzido para explicar e apresentar as edições anteriores e dar as boas-vindas para o 8º Seminário Nacional de Informação e Documentação Jurídica.

2.2. Painel 1 - Impactos, desafios e oportunidades para a área jurídica na Era da Inteligência Artificial

Palestrantes: Charlley Luz (ESPM/FESPSP), Leonardo Assis (PPGCI/ECA/USP), Lucas Martins (CRB-6, DHC)

Mediadora: Ana Paula de Rezende (GIDJ-MG)

Mestre em Gestão e Organização do Conhecimento pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Gestão Estratégica da Informação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do Grupo de Informação e Documentação Jurídica de Minas Gerais (GIDJ-MG) junto à Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais (ABMG). Atua por mais de 20 anos como bibliotecária da área jurídica, atualmente é consultora em Gestão da Informação e do Conhecimento para advogados e escritórios de advocacia.



Leonardo de Assis utilizou a ferramenta GPT 4.0. para gravar todo o seminário e realizar interações apresentadas em cada um dos painéis e transcrição. Ao final de cada painel, a IA emitiu a síntese sobre cada palestra e questões para os palestrantes responderem.

A seguir, a síntese de cada palestra com três principais tópicos e questões apresentadas pela IA para cada palestrante, captadas e compartilhadas por Leonardo de Assis.

Charlley Luz

Formado em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre e doutorando em Ciência da Informação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Hoje, atua no Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CoE de IA) do Grupo Marista e coordena o Grupo de Pesquisa Científica PreservIA na Rede Cariniana do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia.

I A na Justiça e Escritórios Jurídicos

1 Automação e Aplicações da IA Charlley iniciou explicando que na área jurídica são dois universos da documentação e da informação jurídica. Destacou como a automação por IA, incluindo RPA (Robotic Process Automation) e IA generativa, está sendo usada tanto no sistema de justiça quanto em escritórios jurídicos para análise documental, geração de conteúdo e suporte à tomada de decisão.

2 Criação de Modelos Especializados com IA Explicou a importância de construir modelos de IA específicos para cada instituição, como escritórios jurídicos, a fim de otimizar processos e fornecer insights baseados em dados estruturados.

3 Diferença entre IA Tradicional e IA Generativa Abordou a transição da IA tradicional, focada em previsões e conclusões, para a IA generativa, que cria conteúdo e respostas baseadas em prompts, sendo amplamente aplicada em soluções corporativas.



Leonardo Assis

Doutor e Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/ECA/USP), além de

Bacharel em Biblioteconomia e História pela Universidade de São Paulo (USP). Diplomado em

Gestión de Bibliotecas Públicas pela Universidad

Alberto Hurtado, UAH, Chile (Iberbibliotecas/SNBP-

MinC/BRASIL, 2014). Atua como pesquisador e colaborador no Laboratório de Cultura, Informação e

Sociedade

(LACIS/ECA/USP).

Professor da ETEC Parque da Juventude, no curso de Biblioteconomia.

Revolução das Bibliotecas com IA

1. A Revolução das Bibliotecas com a Inteligência Artificial: Leonardo abordou a evolução histórica das bibliotecas até o impacto atual da IA, destacando a necessidade de ferramentas para gerenciar o crescente volume de informações digitais e criar produtos e serviços.

2. IA em Bibliotecas Jurídicas: Ele apresentou exemplos de plataformas como Jurídico AI e Cria AI, que automatizam processos documentais, geram peças jurídicas e promovem maior eficiência no setor jurídico.

3. Desafios Éticos e Técnicos no Uso de IA: Leonardo enfatizou questões relacionadas à privacidade, viés algorítmico e a necessidade de curadoria rigorosa e informações fidedignas para mitigar problemas e criar soluções confiáveis.



Lucas Martins

Bacharel em Biblioteconomia pela UFMG e Bacharel em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Atualmente, em conjunto com a Dom Helder atua como bibliotecário na Escola Superior de Advocacia da OAB-MG (ESA). É especialista em Processos Gerenciais e está cursando um MBA em Inovação em Unidades de Informação pela UFSCAR. Possui formação em Ciência de Dados pela Escola DNC. Membro da Comissão de Startups da OAB/MG e do Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região.

Automação e Organização Documental

1. Automação e Organização de Documentos Jurídicos

Lucas apresentou experiências práticas em escritórios de advocacia e instituições jurídicas, destacando o uso de IA para organizar grandes volumes de documentos digitais, normalizar dados e implementar sistemas de gestão eletrônica

2. Uso de IA em Pesquisa e Jurimetria

Explorou como a IA está sendo utilizada para buscar jurisprudências, legislações e doutrinas, além de aplicar análises estatísticas no campo jurídico, trazendo maior precisão e confiabilidade aos processos.

3. Desafios na Confiança de Dados Jurídicos

Ressaltou os riscos associados ao uso de IA em contextos jurídicos, como a criação de jurisprudências inexistentes, e destacou a importância de bases de dados confiáveis e curadoria rigorosa.



Interação com o público

Ao final das palestras, a mediadora repassou para os palestrantes as questões feitas pelo público, em que os três responderam.

- 1) Quais os cuidados ao inserir nestas ferramentas dados sensíveis? Por exemplo no site GPT
- 2) Como é feita a curadoria destas informações?

Interação com a IA

A IA resumiu a fala de cada participante com os pontos principais e fez uma pergunta para cada um. As perguntas foram feitas diretamente aos palestrantes pelo computador.

Olá, a todos! Sou uma Inteligência Artificial desenvolvida para apoiar discussões, análises e aprendizado. Hoje, estarei aqui para destacar os principais pontos das falas do 8º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas e elaborar uma pergunta para cada palestrante.

Pergunta da IA para Charley - Você mencionou a aplicação de modelos especializados de IA em escritórios jurídicos. Quais são os principais desafios para implementar e treinar esses modelos com dados proprietários, especialmente no contexto brasileiro?

Pergunta para o Leonardo - Como as bibliotecas podem se tornar protagonistas no desenvolvimento de soluções baseadas em inteligência artificial, garantindo simultaneamente à ética e a acessibilidade, especialmente em contextos jurídicos onde a precisão é crítica?

Pergunta para o Lucas - Com base na sua experiência, como as instituições jurídicas podem equilibrar a adoção de inteligência artificial para otimizar processos e, ao mesmo tempo, garantir a integridade e a confiabilidade dos dados utilizados?

Após o intervalo, exibição de vídeo de patrocinador: Jus Brasil.

2.3 Painel 2 - Promovendo a diversidade e a inclusão no ambiente jurídico em consonância com a Agenda 2030

Palestrantes:

Franciéle Garcês (UNIR),

Mônica Pádua (TJ-PE)

Stella Maria Vaz (Senado Federa / CRB1).

Mediador: José Gustavo Corrêa (GIDJ/RJ|PGE-RJ). Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio IBICT/UFRJ. Presidente do GIDJ/RJ e Bibliotecário do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.



Franciele Garcês

Bibliotecária negra, Professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC). Editora da Edufro/UNIR. RERAD-FEBAB. Coordenadora do Selo Nyota.



Diversidade e Inclusão na Biblioteconomia

1. Diversidade e Inclusão na Biblioteconomia e no Ambiente Jurídico

Franciéle destacou a necessidade de promover a diversidade e combater o racismo estrutural e institucional nos espaços de trabalho, com especial atenção para populações historicamente marginalizadas, como negros, indígenas e LGBTQIA+.

2. Reparação Histórica e Epistêmica

A palestrante enfatizou a importância de repensar os acervos e práticas bibliotecárias, promovendo o reconhecimento e a inclusão de saberes e contribuições de grupos sub-representados, visando um ambiente informacional mais justo.

3. Ação Prática para o Antirracismo e a Igualdade

Ela chamou a atenção para o papel dos profissionais em adotar práticas inclusivas e antirracistas, oferecendo capacitação, eliminando vocabulários e comportamentos racistas, e promovendo espaços de trabalho plurais e representativos.

Mônica Pádua

Doutora em História, mestre em Ciência da Informação, especialista em Arquivo, pós-graduada em Direito Civil e Processual Civil, graduada em História e em Direito, e graduanda em Arquivologia. Hoje, integra a equipe da instituição de Memória Tribunal de Justiça de Pernambuco.



Acessibilidade nos Tribunais e Bibliotecas

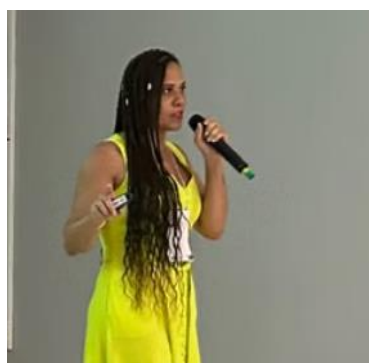
- 1. Acessibilidade e Inclusão nos Tribunais e Bibliotecas:** Mônica enfatizou a importância de promover políticas de acessibilidade e inclusão em tribunais e unidades de informação, alinhadas à Agenda 2030, com destaque para a Resolução 401 do CNJ e suas diretrizes.
- 2. Barreiras Atitudinais e Capacitação:** Ela destacou que a maior dificuldade para a inclusão está nas barreiras atitudinais e na falta de capacitação dos profissionais, ressaltando a necessidade de sensibilização e treinamentos para implementar políticas inclusivas.
- 3. Boas Práticas e Exemplos de Inclusão:** Mônica compartilhou exemplos concretos de boas práticas em acessibilidade, como a utilização de QR Codes em exposições, adaptações arquitetônicas e inclusão de recursos assistivos como Braille e Libras.

Stella Maria Vaz

Bacharel em Biblioteconomia (UnB) e Arquivologia (UnB). Especialista em Direitos Humanos nas Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade (ULBRA) e em Inovação em Unidades de Informação (UFSCAR). Mestranda em Estado, Gobierno y Políticas Públicas (Flacso). Analista Legislativo, Biblioteconomia, do Senado Federal desde 2009, atualmente é Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal.

Diversidade no Senado Federal

- 1. Promoção da Diversidade e Equidade no Senado Federal:** Stella destacou as iniciativas do Comitê Permanente de Gênero e Raça do Senado, que inclui ações como planos de equidade, campanhas de combate ao assédio e a produção de materiais educativos e inclusivos.
- 2. Impactos Históricos e Jurídicos da Desigualdade:** A palestrante contextualizou as heranças históricas da escravidão e como elas continuam impactando o ordenamento jurídico e a organização das instituições, enfatizando a necessidade de uma leitura crítica dessas estruturas.
- 3. Representação e Inclusão na Ciência da Informação:** Stella reforçou a importância de mapeamento e representação de grupos diversos nos acervos e ações institucionais, além da criação de espaços de protagonismo e valorização de autoras e autores negligenciados historicamente.



Interação com a IA

A IA resumiu a fala de cada participante com os pontos principais e fez uma pergunta para cada um. As perguntas foram feitas diretamente aos palestrantes pelo computador do palestrante Leonardo de Assis.

Olá, a todos! Sou uma Inteligência Artificial desenvolvida para apoiar discussões, análises e aprendizado. Hoje, estarei aqui para destacar os principais pontos das falas do 8º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas e elaborar uma pergunta para cada palestrante.

Pergunta para Franciele:

Como as bibliotecas e instituições jurídicas podem implementar políticas efetivas de inclusão e diversidade, garantindo não apenas a presença, mas a representatividade e participação ativa de grupos historicamente marginalizados?

Pergunta para Mônica:

Como as bibliotecas e tribunais podem garantir que as políticas de acessibilidade e inclusão sejam sustentáveis e não dependam apenas de iniciativas individuais ou de curto prazo, mas se tornem parte integral de suas culturas institucionais?

Pergunta para Stella:

Quais estratégias o Comitê Permanente de Gênero e Raça do Senado utiliza para garantir a sustentabilidade e continuidade das ações de equidade, mesmo diante de mudanças na liderança institucional?

2.4 Painel 3 - Realidade e Perspectivas no Mundo do trabalho para atuação do bibliotecário jurídico: articulação política e trabalho colaborativo em rede

Palestrantes:

Dr. Carlos Alexandre Böttcher, juiz federal do Tribunal de Justiça de São Paulo

José Ronaldo Vieira (STJ)

Clarissa Machado (Madrona Fialho Advogados).

Mediação: Leoneide Martins (TJ/MA|UFMA|CRB13).

Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA; Analista Judiciária - Bibliotecária do Tribunal de Justiça do Maranhão - TJMA; Pós-Doutora em Educação pela Unesp/Presidente Prudente; Doutora em Educação pela UNESP/Marília; Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia - 13. Região, Maranhão; Membro da Comissão Organizadora do VIII SNDIJ/CBBD.



José Ronaldo Vieira

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (2005). Especialista em Gestão do Conhecimento pela Universidade Metropolitana de Santos (2007). Coordenador do Grupo de Informação e Documentação Jurídicas do Distrito Federal - GIDJ-DF (2018-2023). Coordenador do Grupo de Trabalho Silex do Projeto LexML Brasil, do Senado Federal (2012-2013). Coordenador do Grupo de Trabalho Biblioteca Digital da Rede BiblioMemoJus (desde 2023). Bibliotecário do Superior Tribunal de Justiça (desde 2005), onde atualmente exerce a função de Chefe da Seção de Biblioteca Digital. É responsável pela gestão da Biblioteca Digital Jurídica do STJ (BDJur) e do Consórcio BDJur (Rede de Bibliotecas Digitais Jurídicas)

É instrutor interno do STJ na área de elaboração e alteração de atos normativos.



Transformações no Mercado de Trabalho

- 1. Transformações no Mercado de Trabalho e a Nova Realidade para Bibliotecários:** José Ronaldo destacou os impactos do mundo volátil e complexo (VUCA) e do cenário pós-pandemia no mercado de trabalho, enfatizando a necessidade de adaptação às mudanças tecnológicas e às demandas por novas competências.
- 2. Integração de Tecnologia na Biblioteconomia Jurídica:** Ele ressaltou a importância de utilizar ferramentas como inteligência artificial, análise preditiva e metodologias ágeis para otimizar processos, promover inovações e personalizar serviços voltados às necessidades dos usuários.
- 3. Atuação Estratégica e Colaborativa:** O palestrante reforçou que o bibliotecário deve focar em atividades estratégicas, reduzindo o tempo em operações que podem ser automatizadas, e valorizar o trabalho em rede, tanto dentro de instituições quanto em parcerias externas.

Carlos Alexandre Böttcher

.Doutor em Direito Civil (História do Direito) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) (2012). Mestre em Direito Civil (História do Direito) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) (2008). Especialista em Direito Romano pela Università di Roma La Sapienza, Roma, Itália (2007). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1996). Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (1997). Membro do Comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) do CNJ.



Inovação no Judiciário

1. **Inovação e Engajamento na Biblioteconomia Jurídica:** Carlos destacou que a inovação não se limita à adoção de tecnologias, mas abrange mudanças na forma de trabalhar e oferecer serviços. Ele enfatizou a importância do engajamento dos bibliotecários como guardiões do conhecimento e agentes de transformação.

2. **Trabalho em Rede e Colaborativo no Judiciário:** A criação de redes de bibliotecas, como a BiblioMemoJus e outras, foi apresentada como uma solução para fortalecer a troca de experiências, fomentar boas práticas e promover a valorização das bibliotecas no contexto jurídico.

3. **Proposta de Política Nacional para Bibliotecas do Judiciário:** O palestrante detalhou a proposta em análise pelo CNJ para criar uma política nacional de bibliotecas no Judiciário, estabelecendo diretrizes, atribuições e um marco regulatório para fortalecer o papel das bibliotecas na memória institucional.

Clarissa Machado

Formada em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela UFRJ. MBA em Gestão Estratégica da Informação pela Escola de Engenharia da UFRJ. Consultora em Gestão do Conhecimento pela Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento (SBGC). Atualmente cursa Direito pela FMU (SP) e coordena a equipe de Gestão do Conhecimento do Madrona Fialho Advogados.



Gestão do conhecimento

- 1. Gestão do Conhecimento no Setor Privado:** Clarissa destacou a evolução da gestão do conhecimento nos escritórios de advocacia, enfatizando a necessidade de romper com o paradigma tradicional e incluir bibliotecas como parte de uma abordagem colaborativa e estratégica.
- 2. Mapeamento de Conhecimentos e Inovação:** Ela apresentou casos práticos, como o mapeamento de conhecimentos no escritório Madrona e o incentivo à inovação e intraempreendedorismo por meio de projetos que utilizam tecnologia para otimizar processos e aumentar o impacto estratégico do conhecimento.
- 3. Oportunidades e Desafios para Bibliotecários no Setor Jurídico:** Clarissa apontou que muitos bibliotecários ainda não se veem como candidatos naturais a posições em gestão do conhecimento, destacando a necessidade de capacitação contínua e adaptação às exigências do mercado, como o uso de inteligência artificial.

Interação com a IA

A IA resumiu a fala de cada participante com os pontos principais e fez uma pergunta para cada um. As perguntas foram feitas diretamente aos palestrantes pelo computador.

Olá, a todos! Sou uma Inteligência Artificial desenvolvida para apoiar discussões, análises e aprendizado. Hoje, estarei aqui para destacar os principais pontos das falas do 8º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas e elaborar uma pergunta para cada palestrante.

Pergunta para Carlos: Quais são os principais desafios que você identifica na implementação de uma política nacional para bibliotecas do Judiciário, e como as redes colaborativas podem ajudar a superá-los?

Pergunta para Clarissa: Como os bibliotecários podem se posicionar de forma mais assertiva no mercado de gestão do conhecimento, especialmente no setor jurídico, superando o desconhecimento sobre suas competências e conquistando maior visibilidade dentro das organizações?

Pergunta para José Ronaldo: Como os bibliotecários jurídicos podem equilibrar a necessidade de adotar tecnologias avançadas, como inteligência artificial, com a manutenção de um atendimento humanizado e personalizado às demandas específicas dos usuários?

Momento cedido ao patrocinador para lançamento do Vicente AI: Assistente de Pesquisa da Virtual Jurídica (vLex). Leonardo realizou a apresentação on line e a exibição de um vídeo.



Membros da mesa 1 – da esquerda para a direita: Lucas, Ana Paula, Charley e Leonardo.



Membros da Mesa 2 – Da esquerda para a direita: Mônica, Stella, e José Gustavo.



Membros da Mesa 3 - Da esquerda para a direita: José Ronaldo, Leoneide, Clarissa e Alexandre.

2.5 Mesa colaborativa – Boas práticas e pesquisas em Unidades de Informação Jurídica

Mediação: Bibliotecária Dra Eliane Maria da Silva Jovanovich (BC/UEL/PR) Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP) desde 2021. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2016), especialização em Gestão Pública pelo Instituto Superior de Educação do Paraná (ISEP) (2009) e especialização em Gerência de Unidades de Informação pela UEL (2002). Graduada em Biblioteconomia pela UEL (1999). Atua como bibliotecária no Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Londrina (UEL) desde março de 2002. Atualmente é Bibliotecária da Biblioteca Central, Divisão de Processos Técnicos.

Relatoria: Bibliotecária Ana Paula de Rezende (GIDJ/MG) Mestre em Gestão e Organização do Conhecimento, Especialista em Gestão Estratégica da Informação e Bacharel em Biblioteconomia, todos pela Universidade Federal de Minas Gerais. (UFMG). Coordenadora do Grupo de Informação e Documentação Jurídica de Minas Gerais (GIDJ-MG) junto à Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais (ABMG). Com experiência de mais de 20 anos como bibliotecária da área jurídica, atualmente presta consultoria em Gestão da Informação e do Conhecimento para advogados e escritórios de advocacia.

Foram adotadas as instruções da FEBAB sobre as mesas colaborativas, por se tratar da primeira vez que as mesas acontecem neste evento, a exemplo do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (2024)

A partir das instruções da organização do CBBB, a mesa foi formada em modelo de meio círculo de frente para a plateia, com os participantes, a mediadora e relatora. Iniciou-se por ordem da chamada para compor a mesa, com resposta a primeira questão apresentando os desafios, objetivo e metodologia e posteriormente numa segunda rodada, retornou a cada um para a apresentação dos resultados ou solução. Abaixo foram compiladas juntas as duas rodadas.



1- Empreendedorismo na biblioteconomia: o Koha como solução para bibliotecas jurídicas

Autores: Rogerio Ferreira Marques; Gustavo César Nogueira da Costa; Maria Rozana Rodrigues S. da Silva Nogueira; Robson De Paula Araújo; Amanda Tavares Silva Lima Nascimento

Síntese - Participante Gustavo. Relatou sua experiência empreendendo na organização de acervos jurídicos particulares, destacando a importância de sistemas acessíveis e integrados para melhorar a gestão, além de evidenciar o potencial empreendedor no campo da biblioteconomia jurídica.

Desafios - Relatou a percepção pela necessidade de capacitação e de uma ferramenta para localizar a informação ainda que distante do espaço.

Solução - Empreender com o uso da ferramenta Koha. Oferta de cursos e treinamentos para empreendedorismo e oferta de capacitação e de profissionais qualificados no sistema Koha, catalogação e, especialmente, em Marc 21 de forma mais aprofundada.

2- A biblioteca do STF como espaço democrático de acesso à informação: iniciativas, produtos e serviços para inclusão da sociedade em espaços do judiciário brasileiro

Autora: Talita James

Síntese - Participante Talita James. Compartilhou iniciativas da Biblioteca do STF, enfatizando o acolhimento ao usuário e o desenvolvimento de espaços e serviços inclusivos que conectem a sociedade às atividades do Supremo Tribunal Federal.

Desafios – o distanciamento da comunidade e a falta de visibilidade e de ações para aproximação da população com as atividades fim do STF que muitas vezes são deturpadas pela mídia.

Solução – A partir da carta de serviços da biblioteca, com ênfase em quatro linhas de atuação: 1) aumento do diálogo com a comunidade interna e externa 2) Aumento e atualização de ferramentas, 3) Investimento em acessibilidade física e de conteúdo, 4) Participação das equipes em atividades para capacitação como o próprio CBBB, apresentou ações para tornar a biblioteca um espaço de inclusão.

3- Seleção de indicadores ISO 11620/2023: aprimorando a excelência na Biblioteca Ministro Oscar Saraiva

Autores: Rafaella Carine Monterei; José Ronaldo Vieira; Arlan Moraes de Lima; Najla Bastos de Melo

Síntese - Participante Rafaela. Apresentou o projeto de implementação da ISO 11620, com foco em indicadores de desempenho para melhorar a avaliação de serviços e produtos da biblioteca, alinhando-os às metas estratégicas institucionais.

Desafios – Construção de indicadores relevantes para a gestão, evitando a duplicação de esforços e recursos

Solução – Monitoramento mais eficiente em tempo real de dados em nível operacional e estratégico, mostrar a relevância, apresentação de Power BI com resultados da pesquisa para público interno e externo.

4- Acervo 2030: relato sobre a criação de um acervo público pela biblioteca jurídica do TRT-RN

Autores: Leandro Souza; Raylla Costa; Emmily Hariadny Gomes; Julio Cesar Bento

Síntese. Participante Emilly. Abordou a criação de um acervo público alinhado aos ODS da Agenda 2030 na Biblioteca Miguel Josino Neto, enfatizando o uso de doações e empréstimos domiciliares para democratizar o acesso à informação jurídica e literária.

Desafios – oferecer empréstimo de livros a sociedade, sem afetar a coleção que recebe número de patrimônio.

Solução – Parcerias com serviços e projetos para a população, como a divulgação do clube do livro. Recebimento e tratamento de doações pessoais de ministros e desembargadores.

5- O serviço de referência da biblioteca parlamentar: o caso da Coordenadoria de Biblioteca (CBIB) da Câmara Municipal de Campinas

Tamy Aoki; Asa Fujino

Síntese - Tami - Compartilhou seu trabalho na Biblioteca da Câmara de Valinhos, destacando o papel da biblioteca em apoiar os vereadores com informações precisas e serviços especializados para a elaboração de políticas públicas.

Desafios – Desmitificar o uso da biblioteca.

Solução – Educação cidadã, maior disseminação da informação, da biblioteca.

6- A catalogação da legislação na Biblioteca Conselheiro Teófilo de Andrade: uma jornada para a democratização do acesso à informação jurídica

Denise Mancera Salgado; Arlete Martins Benatti

Síntese - Participante Denise. Descreveu a digitalização e catalogação da legislação na Biblioteca Conselheiro Teófilo de Andrade, ressaltando a importância de democratizar o acesso a informações normativas com sistemas mais robustos e bem estruturados.

Desafios – a pouca visibilidade do link de acesso aos atos no site.

Solução – Facilitação dos atos legislativos; democratização de acesso à informação, sugeriu melhora no link que não tem fácil visibilidade no site.

7- Migração para o DSpace 7: o caso da Biblioteca Digital Jurídica do STJ

Autores: José Ronaldo Vieira; Rafaella Carine Montereis; Najla Bastos de Melo; Arlan Moraes de Lima

Síntese - Participante: José Ronaldo: Relatou o processo de migração para a versão 7 do DSpace na Biblioteca Digital Jurídica, destacando melhorias na acessibilidade, usabilidade e conformidade com a LGPD para atender melhor os usuários internos e externos.

Desafios – Problemas com acessibilidade e usabilidade, principalmente com a LGPD.

Solução – Melhorias com a nova versão.

A mesa foi encerrada após interação com os participantes que elogiaram e tiraram dúvidas.

3 HOMENAGEM



O objetivo da homenagem é reconhecer a dedicação e o impacto positivo dos profissionais que atuam na Biblioteconomia Jurídica, contribuindo significativamente para o desenvolvimento das práticas de gestão da informação jurídica no Brasil.

As indicações de profissionais para essa honraria foram recebidas até o dia 31 de outubro de 2024. O processo de indicação foi aberto aos bibliotecários

jurídicos, que receberam um formulário enviado pelos CRBs e GIDJs e disponível no Instagram do SNDIJ e assim, puderam sugerir nomes de bibliotecários cuja trajetória tenha sido marcada pela excelência na prestação de serviços informacionais, pela inovação em processos de organização e disseminação da informação jurídica ou por relevantes contribuições para o fortalecimento da profissão. A comissão organizadora foi encarregada de analisar as indicações por meio dos currículos. **A escolha da homenageada** foi baseada em critérios que avaliaram a trajetória profissional, as contribuições para a área jurídica e o impacto na promoção do acesso à informação qualificada e ética.

Dentre as sugestões para homenagear nesta edição, a bibliotecária Luciana Maria Napoleone foi **a escolhida**.

Segue seu **currículo**.

Ela é Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Pós-graduanda no MBA em Data Science e Analytics pela Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz da USP. Bibliotecária do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP (1994 a 1997), da Faculdade de Direito da USP (1997 a 2010) e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2010 até o momento). Bibliotecária consultora em projetos da Biblioteca do MASP (2002 a 2015). Conselheira do Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª Região (2006-2008, 2009-2011, 2018-2020), Coordenadora da Comissão Temporária de Patrimônio Bibliográfico e

Documental e da Comissão Temporária de Políticas Públicas para Bibliotecas e Bibliotecários do CRB-8 (2018-2020). Conselheira do Grupo de Documentação e Informação Jurídica de São Paulo - GIDJ/SP (2013-2014).

Atualmente é Supervisora da Seção de Biblioteca do TRF3. Coautora de trabalhos na área de biblioteca jurídica e biblioteca de artes. Integrante do Projeto de Pesquisa; A Eloquência dos Livros; vinculado ao Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Patrimônio Bibliográfico e Documental, sob a coordenação do Prof. Fabiano Cataldo de Azevedo (UFBA) entre outros feitos.

A coordenadora do 8º SNDIJ fez a leitura do currículo da Luciana Napoleone e da placa “A Comissão Organizadora do 8º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas e os bibliotecários jurídicos brasileiros têm a honra de homenageá-la, em reconhecimento a sua contribuição para o desenvolvimento da Biblioteconomia Jurídica brasileira”.

A bibliotecária homenageada nesta edição, Luciana Maria Napoleone recebeu a placa e fez o pronunciamento em agradecimento:

Discurso Luciana - Agradecimento à homenagem no 8º SNDIJ.

Boa noite a todas e todos,

É um momento de muita alegria e de muita emoção estar aqui diante de vocês. Preparei algumas anotações porque sabia que estaria emocionada e não poderia me esquecer de agradecer alguns nomes.

Antes de tudo quero dizer que não estou não só entre colegas mas estou entre amigos e amigas.

A profissão me trouxe muitos amigos: é um tesouro que eu tenho que é trabalhar com uma profissão que amo e ter colegas especiais e preciosos.

Começo agradecendo a generosidade da Comissão Organizadora de me conceder essa homenagem. Embora sempre me venha a sensação é uma homenagem imerecida, procuro me esquecer disso e acolho como um grande gesto, um grande presente da vida pessoal e profissional.

Muito obrigada à Comissão Organizadora do 8º SNDIJ na pessoa da Regina Celi de Sousa, que tem uma inteligência conectiva incomparável, que não encontrei em mais ninguém ao longo da minha vida.

A vida me reservou no 30º CBBD, que completa setenta anos de história, nesta terra ensolarada, cheia de calor humano, com uma história e uma cultura vibrante e diversa. Foi aqui que a vida me reservou esse presente, então eu preciso saudar esse povo maravilhoso, esse povo recifense.

Quero saudar os colegas bibliotecários de Recife, na pessoa da pessoa da Karine Vilela, da Faculdade de Direito do Recife, um dos primeiros cursos jurídicos do país. E saudar os colegas da Biblioteca Público de Pernambuco na pessoa do Hélio Nogueira, biblioteca que está com uma exposição do primeiro CBBD e que eu espero poder visitar.

E saudar os colegas da Justiça Federal da 5ª Região, na pessoa da Isis Alvarenga, do Tribunal Federal Regional 5ª Região, e da Lourdinha, Maria de Lourdes Castelo Branco, da Justiça Federal de Pernambuco.

Minha vida profissional foi feita, foi construída a partir de convites e encontros especiais, e de apoios e parcerias fundamentais, foi sempre em conjunto. A primeira parceria que tive foi da minha família, minha irmã, Adriana Napoleone, que me apoia sempre, e os meus pais, Lucio e Célia Napoleone, já falecidos. Para além do carinho e amor naturais dos pais e mães, Sr. Lucio e Dona Célia fizeram escolhas e sacrifícios incomensuráveis para que eu tivesse uma

educação de qualidade. Dentre as numerosas lições e condições que proporcionaram, pude estudar numa escola com biblioteca, e biblioteca com bibliotecária, Irmã Ruth, do Instituto São José, em São José dos Campos, que me incentivou na escolha da Faculdade de Biblioteconomia.

Na pessoa da Irmã Ruth, da saúde todos os bibliotecários e bibliotecárias escolares, e professores e professoras que operam no mercado de futuros desse país, que são nossas crianças e nossos jovens. Da minha época de Faculdade, agradeço a Professora Neusa Dias de Macedo que orientou num projeto de iniciação científica e despertou o gosto pela pesquisa.

Ao Professor Fernando Modesto que convidou para uma Comissão de Estudantes das Faculdades de Biblioteconomia em São Paulo, na sede do CRB na rua Conselheiro Crispiano no centro de São Paulo.

Ao Bibliotecário Carlos Paiva de Oliveira que me incentivou a participar do ENEBD pela primeira vez em Vitória, ES, e me orientou em um estágio no Sesc Pompéia, permitindo descobrir a biblioteconomia além das disciplinas e salas de aulas, tem todos os sotaques, que se estende e vibra nos quatro cantos do país.

À Profa Valéria Bari, também minha orientadora no estágio no Sesc Pompéia, pelo apoio e incentivo para a conclusão do curso de Biblioteconomia.

Na figura do Prof. Fernando Modesto e do bibliotecário Carlos Paiva saúde todos os professores e professoras de Biblioteconomia, bibliotecários e bibliotecárias que foram os futuros profissionais do país.

Na minha trajetória profissional, agradeço:

A Ivani Di Grazia Costa, socióloga que me selecionou para o meu primeiro trabalho como bibliotecária na Biblioteca e Centro de Documentação do MASP e me oportunizou aprendizados e parcerias para descobrir que a biblioteca vai muito além dos livros e que o valor do livro ultrapassa o impresso.

A colega e parceira Maria Lucia Beffa, Diretora da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP, pela parceria e amizade nascida do trabalho, das angústias, das reflexões e das pesquisas inspiradas pela história e acervo da biblioteca bicentenária em 2025.

Agradeço a Regina Celi de Sousa pelo convite para integrar a gestão de três gestões no Conselho Regional de Biblioteconomia, onde aprendi que trabalhar pela profissão, para além do trabalho dedicado como bibliotecária, nos concede uma visão ampla, vasta e estimulante da profissão, que nos impulsiona a trabalhar sempre pela profissão.

Agradeço a Maria Lucia Rolim pelo convite para integrar o Grupo de Informação e Documentação Jurídica de São Paulo (GIDJ/SP) e a todos os colegas do grupo pelo aprendizado diário e contínuo.

Agradeço a Edilenice Passos e Iza Araújo, da ABDF, e à Sigrid Weiss, Presidente da Febab, por todo o apoio e incentivo para a realização do 4º SNDIJ em Florianópolis, SC, em 2013, e por serem figuras inspiradoras para a atuação profissional, que oportunizou conhecer colegas de outros Grupos Jurídicos, em especial o GIDJ/RJ. Na pessoa do seu presidente, cumprimento todos os Grupos Jurídicos e seus integrantes.

Agradeço a todos os colegas bibliotecários da Justiça Federal na pessoa da Cida Assis, Coordenadora da Biblioteca do CJF, por mais um aprendizado, sempre diferenciado.

Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Patrimônio Documental na pessoa do Prof. Fabiano Cataldo de Azevedo, do Museu Imperial, em Petrópolis pelo apoio, pelo estímulo e pelo incentivo fundamentais para as reflexões e pesquisas na área de memória e patrimônio cultural, que proporcionaram a virada de chave e que impulsionaram a novos trabalhos.

Agradeço às Redes Memojus e BiblioMemojus na pessoa do Dr. Carlos Alexandre Bottcher pelo espaço e estímulo para os estudos e iniciativas para a Memória do Poder Judiciário.

Nos nomes dessas pessoas agradeço a todas e todos com os quais convivi e aprendi, e já peço desculpas àquelas que não pude citar individualmente.

Preciso dizer que Bibliotecas são um vórtice de capital intelectual nas instituições, o capital humano das equipes, o capital estrutural dos acervos e serviços, e o capital relacional com toda a cadeia do livro e da cultura jurídica. E mais, quando atuam em colaboração, nos eventos ou nas redes, as bibliotecárias e os bibliotecários expressam uma sólida e vibrante inteligência coletiva e muito me honra fazer parte dessas redes.

Finalmente, agradeço aos colegas da Biblioteca da Justiça Federal da 3ª Região na pessoa do Coordenador Luiz Guilherme Martins, pelo aprendizado e parceria constantes e ao TRF3 que proporcionou condições para a participação neste Seminário e no CBBD.

Finalizo dizendo que é uma honra caminhar entre vocês. É fácil trilhar esse caminho porque caminho com os grandes, caminho com os gigantes.

Caminho entre vocês!

Muito, muito obrigada!



4 ENCERRAMENTO

Discurso de encerramento proferido pela Coordenadora do SNDIJ, Regina Céli de Sousa.

Senhoras e Senhores,

Chegamos ao fim do 8º Seminário Nacional de Informação e Documentação Jurídicas. Este evento representou uma oportunidade única para profissionais, acadêmicos e entusiastas se reunirem e refletirem sobre os desafios e as inovações no campo da informação e documentação jurídicas.

Gostaria de agradecer a todos os palestrantes, mediadores e participantes que se juntaram a nós neste espírito de compartilhamento de conhecimentos e experiências. A colaboração e o intercâmbio de ideias são fundamentais para o avanço do nosso campo de atuação.

Agradeço também aos patrocinadores (vLEX, Jusbrasil, Thompson Reuters, Doinet, São Braz, CRB-1 e CRB-6) e a FEBAB por proporcionar a realização do SNDIJ integrado ao CBBB.

Convido os organizadores deste evento para receberem o Diploma de Reconhecimento pela colaboração, comprometimento e dedicação na organização do 8. SNIDJ:

Ana Paula de Rezende

Analúcia Bottini

Bárbara leger Vianna

Eliane Maria da Silva Jovanovich

Isis Alvarenga de Almeida

José Gustavo Moura Corrêa

José Ronaldo Vieira

Leoneide Martins de Brito

Luciana Kramer

Maria Lúcia de Borba Rolim

Sara Torres

A entrega do diploma de reconhecimento para a coordenadora do 8º SNDIJ foi realizada por José Gustavo Moura Corrêa.

Recife, 27 de novembro de 2017.

Regina Céli de Sousa

Coordenadora do 8º SNDIJ



4.1 Recomendações

No encerramento do XXXCBBBD houve a leitura das recomendações elaboradas a partir dos eventos paralelos para cada segmento da biblioteconomia. A bibliotecária Leoneide Martins foi a representante da comissão organizadora do SNDIJ.



4.2 Avaliações

4.4.1 Avaliação do Seminário pelos participantes

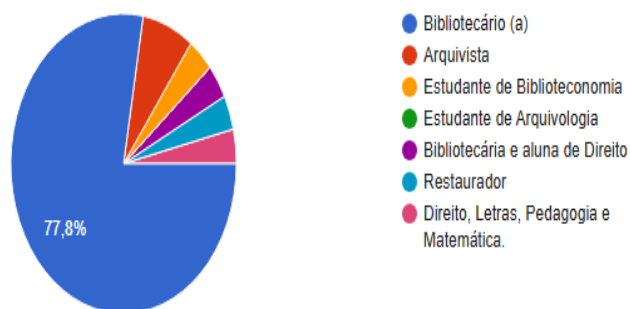
Um QR-Code foi disponibilizado no telão para que os participantes fizessem a avaliação do evento, nos dois dias.

Resultados das avaliações pelo público:

A maioria dos participantes foram bibliotecários, seguido de arquivistas, estudantes de biblioteconomia, de arquivologia, direito e outras formações.

Formação: 21 bibliotecários, 2 arquivistas e um de cada outra área

27 respostas



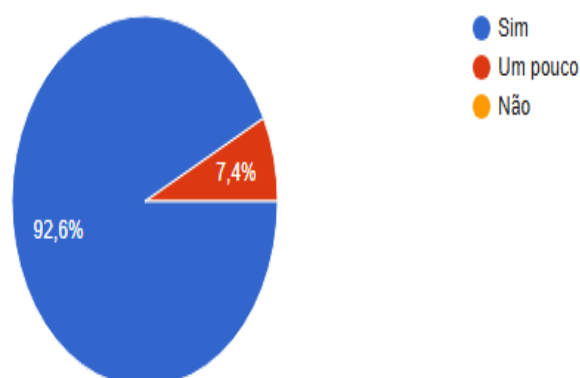
As cidades de Recife, local do evento, seguidos de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador foram os respondentes mais frequentes. Contudo, houve participantes de diversos Estados e cidades brasileiras como Brasília, Maceió, São Luís, Goiânia.

A grande maioria assistiu todas as mesas e respondeu que o seminário superou as expectativas e em unanimidade respondeu que teve abordagem adequada com mais de 90% dizendo que tem aplicação no trabalho.

Você acredita que poderá aplicar os aprendizados do seminário no seu trabalho/estudo?

 Copiar gráfico

27 respostas



Caso você tenha respondido "Não" ou "Um pouco" na questão acima, nos conte o motivo.

1 resposta

Preciso avaliar a aceitação da cultura local

Tem sugestões de temáticas para serem discutidas na próxima edição do SNDIJ?

8 respostas

Não

Mediação da Informação nas Bibliotecas Jurídicas

Ainda não pensei

Ética, Prospecção de novas oportunidades e produtos,

IA praticas nas bibliotecas

4.4.2 Avaliação do Seminário pela equipe da Comissão de organização

Após o evento, a comissão fez as seguintes sugestões para o IX SNDIJ:

1. Criar um slide para projetar no início do evento com informações básicas: boas-vindas, orientações sobre a lista de presença e a avaliação etc.
2. Imprimir um cartaz com o QR code da avaliação e afixá-lo dentro da sala do evento.
3. Imprimir um cartaz com o QR code da lista de presença e afixá-lo dentro da sala do evento.
4. Pensar em um pequeno impresso com os QR codes para colocar junto do crachá.
5. Definir um momento para a Comissão se reunir e tirar a foto oficial.
6. Definir uma pessoa responsável pela relatoria de cada mesa.

7. Definir o local do coffee break considerando o tamanho da sala, disposição da mesa, dia e horário do lanche etc.
8. Realizar o IX SNDIJ no 3º e 4º dias do CBBB, pois o 1º dia é de visitas e o 2º é o dia de abertura oficial.
9. Contratar um fotógrafo e filmagem para o SNDIJ.
10. As sugestões da avaliação do evento deste ano devem colaborar para montar a programação do IX SNDIJ.
11. Reduzir para dois palestrantes em cada painel ao invés de três.
12. Prever no documento de indicação do homenageado: 1) que integrantes da Comissão não podem ser indicados; 2) que não pode haver autoindicação; 3) que, preferencialmente, não devem ser indicados profissionais que foram homenageados nas edições anteriores.

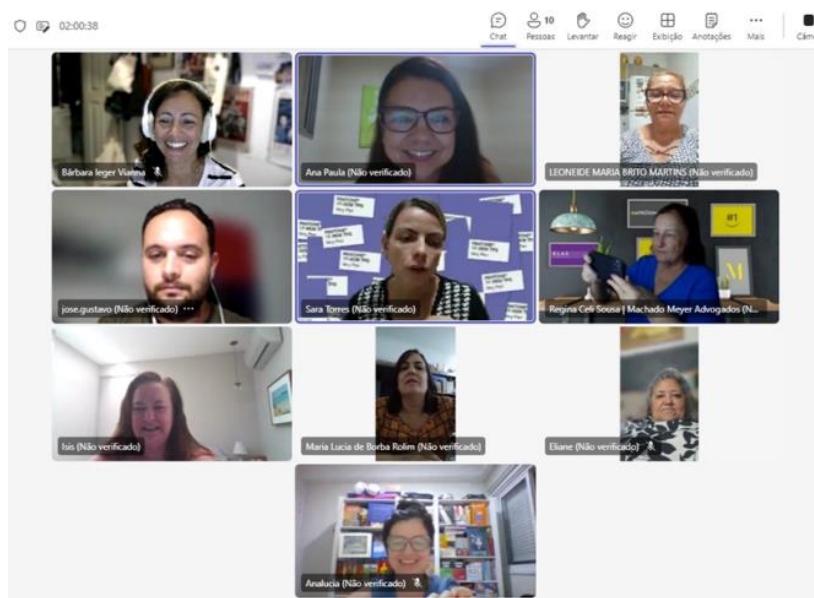


Imagem da reunião on line da comissão organizadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SNDIJ vem se aprimorando a cada ano, a partir das experiências anteriores e das experiências dos membros da comissão organizadora, que complementam com inovação em cada nova edição.

Espera-se que este documento, além do registro para memória do evento, sirva também como um norteador para as próximas edições.

Nesta edição, com a participação do Leonardo de Assis, houve o ineditismo do uso de uma ferramenta em IA para facilitar este registro, interagir com questões para os participantes e dar início a uma nova era do SNDIJ.

Com esta solução será possível agilizar também a publicação dos anais deste evento em especial e/ou outros produtos que possam aprofundar a temática e compartilhar este conhecimento com todos os profissionais que atuam ou pretendem atuar na área da informação e documentação jurídica.

